

Ref.: Pregão Eletrônico n.º 13/2024

ALPHA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 36.970.797/0001-05, sito à Rua Quinzinho Campos, 1248, bairro Vila Terezinha, cidade Três Lagoas-MS, CEP: 79.621-213 vem, respeitosamente, por seu advogado que esta subscreve (procuração anexa), com fundamento no artigo 165, I, da Lei Federal n.º 14.133/2021, e item 8 do instrumento convocatório, interpor **RECURSO ADMINISTRATIVO**, conforme as razões de fato e de direito a seguir expostas:

1. RETROSPECTO

A Recorrente participou do certame licitatório regido pelo Pregão Eletrônico n.º 13/2024, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de limpeza urbana no município de São Simão-GO.

Durante o procedimento licitatório, a Recorrente foi surpreendida com a sua desclassificação, sob a alegação de que não havia atendido aos requisitos do item 4.3 e 4.3.3 do Termo de Referência, relacionados à garantia proposta, vejamos:

Despacho. Fornecedor: 18990, sua proposta, foi DESCLASSIFICADA pelo motivo abaixo: Documento apresentado para GARANTIA PROPOSTA, não atende aos requisitos do item 4.3 e 4.3.3 do Termo de Referência!

(Imagem extraída do chat do portal de compras)

Além disso, a Administração Pública desclassificou a proposta de pelo menos outras 2 (duas) licitantes pelo mesmo motivo, vejamos:

Escaneie a imagem para verificar a autenticidade do documento
Hash SHA256 do PDF original eb15204e0da2fb5882c8b58da6143c6443af2e86d3f10bf99d3627728d0af93b
<https://valida.ae/cb031f809c68624b7794cb7378e292dab9fd4e39193835317>



Despacho. Fornecedor: 17343, sua proposta, foi DESCLASSIFICADA pelo motivo abaixo: Documento apresentado para GARANTIA PROPOSTA, não atende aos requisitos do item 4.3 e 4.3.3 do Termo de Referência!

(Imagem extraída do chat do portal de compras)

Nesse contexto, os itens do Termo de Referência que foram mencionados na desclassificação da Recorrente trazem a seguinte redação:

4.3. No momento da apresentação da proposta, todos os licitantes deverão apresentar a comprovação do recolhimento da quantia a título de garantia de proposta como requisito de pré-habilitação, referente a 1% (um por cento) do valor estimado para a contratação, ou seja, R\$ 68.317,20 (Sessenta e Oito Mil, Trezentos e Dezessete Reais e Vinte Centavos), nos termos do art. 58 da Lei Federal nº 14.133/2021).

(...)

4.3.3. Implicará execução do valor integral da garantia de proposta a recusa em assinar o contrato ou a não apresentação dos documentos para a contratação.

O ponto nodal da questão se resume ao fato de que o sistema onde tramita o certame – **LICITANET** -, não detém um campo específico para preenchimento da garantia da proposta.

Nesse diapasão, a Recorrente preencheu sua proposta integralmente no sistema da plataforma eletrônica **LICITANET**, **conforme previa o edital**, atendendo a todos os requisitos formais e materiais exigidos, conforme disposto no item 4.1 do Edital, que especifica que a proposta deve ser enviada mediante preenchimento no sistema eletrônico do **valor global do grupo, marca, modelo, e descrição do objeto**.

Escaneie a imagem para verificar a autenticidade do documento
Hash SHA256 do PDF original eb15204e0da2b5882c8b58da6143c6443af2e86d3f10b199d3627728d0af93b
<https://valida.ae/cb031f809c68624b7794cb7378e292dab9fd4e39193835317>



Novamente, não se pode perder de vista o fato de que não havia no portal LICITANET nenhum campo específico para o preenchimento de informações referentes à “garantia da proposta”, e a modalidade escolhida, conforme previsto no item 4.3. do Termo de Referência.

Por esses fundamentos, a Recorrente entende que houve um equívoco por parte do(a) Pregoeiro (a), sendo descabida a sua desclassificação no certame.

É a síntese do necessário.

2. DOS FATOS

A decisão de inabilitação da Recorrente foi fundamentada em suposta falha na apresentação da garantia proposta, conforme o item 4.3 do Termo de Referência, que exige a apresentação de um seguro-garantia.

No entanto, a Recorrente apresentou corretamente todos os documentos exigidos pelo edital, preenchendo nos campos próprios do sistema os dados inerentes à proposta de preços necessários.

Ocorre que o sistema LICITANET, onde tramita o presente certame, sequer dispõe de um campo específico para inserção dos dados referentes à garantia da proposta.

Além disso, conforme já consignado, a Administração Pública desclassificou outras licitantes pelo mesmo motivo, o que levanta sérios indícios de uma incongruência entre a redação editalícia, e os campos do sistema onde tramita o certame.

Isso porque, novamente, o portal LICITANET – Licitações Eletrônicas (www.licitanet.com.br), não detém um campo específico para o preenchimento da “garantia da proposta”, logo, não é razoável que as Licitantes sejam desclassificadas por não preencher os dados da garantia da proposta, sendo que nunca tiveram a oportunidade para tanto.

Deste modo, a inabilitação da Recorrente com base em um suposto não preenchimento desse campo constitui um erro material evidente,



uma vez que não havia, no portal, a possibilidade técnica de cumprir tal exigência.

2.1. DA ADEQUAÇÃO DOS DOCUMENTOS APRESENTADOS

Conforme o Termo de Referência e as especificações do Edital, a Recorrente apresentou o seguro-garantia com todas as informações exigidas. A documentação enviada preenche os requisitos formais e materiais exigidos pelo item 4.3 e 4.3.3, conforme detalhado na análise técnica que segue em anexo.

2.2. DA NECESSIDADE DE DILIGÊNCIAS PRÉVIAS À INABILITAÇÃO

Conforme dispõe o art. 59, parágrafo 1º e 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021, antes de proceder à desclassificação de qualquer licitante, a Administração Pública tem o dever de verificar a conformidade das propostas, no que concerne à proposta mais bem qualificada, e também de realizar as diligências necessárias para verificar se eventuais equívocos nos documentos apresentados são sanáveis.

Tais faculdades previstas pela lei se traduzem como o intuito do legislador em evitar a inabilitação prematura e indevida de licitantes que, em tese, poderiam corrigir pequenos erros formais ou fornecer informações complementares, preservando, assim, a isonomia e competitividade do certame.

2.3. DA EXIGÊNCIA DE GARANTIA DE PROPOSTA

A exigência de garantia de proposta, prevista no art. 58 da Lei 14.133/2021, foi introduzida como uma inovação legislativa que possibilita a solicitação dessa garantia até mesmo em licitações na modalidade pregão, algo que era expressamente vedado pela Lei 10.520/2002, ora revogada.

A principal justificativa para essa exigência é a proteção do interesse público, assegurando que o licitante vencedor, caso se recuse a assinar o contrato ou a apresentar os documentos necessários para sua



formalização, tenha sua garantia executada pela Administração como forma de penalização. No entanto, **a aplicação dessa exigência deve ser feita com extremo cuidado** para não ferir os princípios fundamentais que regem as licitações, como o sigilo dos licitantes, a isonomia, a competitividade e a transparência.

A Lei 14.133/2021, em seu art. 58, permite a exigência da garantia de proposta no momento da apresentação da proposta como requisito de pré-habilitação. Todavia, a literalidade dessa norma pode levar a situações que comprometem a competitividade do certame, especialmente em licitações eletrônicas, onde o anonimato dos licitantes é crucial para evitar conluíus e assegurar uma disputa justa.

2.4. DO RISCO DE VIOLAÇÃO DO PRINCÍPIO DO SIGILO DOS LICITANTES

A exigência da garantia de proposta no momento da apresentação da proposta, conforme prevê o caput do art. 58 da Lei 14.133/2021, pode resultar na identificação prematura dos licitantes. Em modalidades como o pregão eletrônico, onde o sigilo dos participantes é mantido até o final da fase de lances, a identificação antecipada dos licitantes, através da comprovação da garantia, pode comprometer seriamente a competitividade do certame.

Isso se dá porque a identificação dos licitantes antes da fase de lances abre margem para a possibilidade de conluíus, manobras anticompetitivas e até mesmo favorecimento, o que fere o princípio da igualdade entre os participantes.

No caso em tela, a competitividade do certame restou prejudicada, uma vez que pelo menos duas licitantes - **fornecedores 18990 e 17343** - foram desclassificadas por motivos relacionados à apresentação da garantia da proposta, sendo que sequer foram cogitadas para a assinatura do contrato até o presente momento.



2.5. DA ADEQUAÇÃO DA EXIGÊNCIA DA GARANTIA AO LICITANTE VENCEDOR

Diante desse cenário, a interpretação mais prudente e alinhada aos princípios licitatórios seria a de que a garantia de proposta, caso exigida, **deveria ser solicitada apenas ao licitante vencedor, na fase de habilitação.**

Isso garantiria que todos os licitantes pudessem participar do certame em condições de igualdade, sem a necessidade de revelarem antecipadamente sua identidade ou de incorrerem em custos desnecessários.

Além disso, essa prática já encontra respaldo em decisões anteriores do Tribunal de Contas da União (TCU), as quais, sob a vigência da antiga Lei 8.666/93, indicavam que a exigência da garantia de proposta deveria estar vinculada à fase de habilitação, e não à fase de apresentação das propostas.

Essa abordagem permitia que a garantia seja utilizada para assegurar o cumprimento das obrigações contratuais pelo licitante vencedor, sem prejudicar a competitividade ou elevar desnecessariamente os custos do processo licitatório para os demais participantes.

Nesse sentido, a exigência de garantia somente do licitante vencedor não apenas preserva a competitividade e o sigilo, **mas também se alinha com o princípio da eficiência**, evitando o desperdício de recursos e o aumento dos custos para a Administração.

No caso em apreço, a desclassificação da Recorrente trouxe sérios prejuízos a competitividade do certame, uma vez que a Administração Pública deixou de cogitar a contratação de uma empresa extremamente qualificada, **por conta de uma exigência que sequer tem relevância no momento atual.**



2.6. DA NECESSIDADE DE INTERPRETAÇÃO CONFORME OS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS

Qualquer interpretação que conduza à exigência de garantia de proposta no momento da apresentação das propostas, conforme o art. 58 da Lei 14.133/2021, deve ser analisada com base nos princípios constitucionais da razoabilidade, da proporcionalidade, da isonomia e da competitividade.

Uma aplicação literal da norma, que ignore as nuances da modalidade de pregão eletrônico, pode resultar em um prejuízo irreparável à integridade do certame e à própria Administração Pública, que estaria comprometendo a eficiência do processo licitatório em troca de uma suposta segurança que poderia ser garantida em momento posterior, de forma menos onerosa e mais justa.

Em síntese conclusiva, a exigência de garantia de proposta no momento da apresentação das propostas, conforme previsto no art. 58 da Lei 14.133/2021, além de não ser tecnicamente viável no sistema utilizado, compromete princípios fundamentais como o sigilo dos licitantes, a competitividade e a isonomia, aspectos essenciais para a integridade do certame. A interpretação mais adequada e prudente seria exigir tal garantia apenas do licitante vencedor, na fase de habilitação, garantindo assim uma disputa justa, transparente e eficiente, conforme já orientado pela jurisprudência do TCU.

Portanto, a decisão de inabilitação da Recorrente com base na ausência da garantia de proposta é **indevida e deve ser revista**, sob pena de prejudicar o interesse público que a licitação visa promover.

3. DOS REQUERIMENTOS

A) Que a peça recursal da Recorrente seja conhecida, para, no mérito, ser DEFERIDA INTEGRALMENTE, pelas razões e fundamentos expostos, com atribuição de **efeito suspensivo**;



B) Seja reformado, portanto, o julgamento do certame, de modo que seja reconhecida e promovida a classificação da Recorrente, uma vez que preencheu todos os requisitos editalícios, sendo permitida, então, a sua participação nas demais etapas do certame, de modo que a garantia da proposta seja requerida apenas da licitante vencedora, no momento da contratação.

C) Caso a E. Comissão Especial de Licitação opte por manter sua decisão, requeremos, com fulcro no artigo. 165, § 2, da Lei n.º 14.133/2021, e no Princípio do Duplo Grau de Jurisdição, seja remetido o presente processo e recurso para apreciação da autoridade superior competente.

D) Na hipótese de ser mantida a decisão pela Comissão de Licitação, e também pela Autoridade superior, requer seja remetida cópia do procedimento licitatório em análise para o TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO, de modo que verifique se foi respeitada a legalidade do certame, e tome as medidas cabíveis em face dos responsáveis pela manutenção da decisão de desclassificação da Recorrente.

Blumenau-SC, 3 de setembro de 2024.

Assinado eletronicamente

HARRY WOLFGANG FRANZOIA
OAB-SC n.º 64.864

Escaneie a imagem para verificar a autenticidade do documento
Hash SHA256 do PDF original eb15204e0da2fb5882c8bf8da6143c6443af2e86d3f10bf99d3627728d0af93b
<https://valida.ae/cb031f809c68624b7794cb7378e292dab9fd4e39193835317>






Página de assinaturas

Assinado eletronicamente

Harry Francoia
090.618.319-70
Signatário

HISTÓRICO

- | | | |
|-------------------------|---|---|
| 03 set 2024
17:13:05 |  | Harry Wolfgang Francoia criou este documento. (Email: hwf.adv@outlook.com, CPF: 090.618.319-70) |
| 03 set 2024
17:13:06 |  | Harry Wolfgang Francoia (Email: hwf.adv@outlook.com, CPF: 090.618.319-70) visualizou este documento por meio do IP 177.193.85.41 localizado em Blumenau - Santa Catarina - Brazil |
| 03 set 2024
17:13:08 |  | Harry Wolfgang Francoia (Email: hwf.adv@outlook.com, CPF: 090.618.319-70) assinou este documento por meio do IP 177.193.85.41 localizado em Blumenau - Santa Catarina - Brazil |

